

NARRATIVAS DA MEMÓRIA COMO DISPOSITIVO: A Sirene e a luta contra o esquecimento da tragédia do Fundão ¹

MEMORY NARRATIVES AS DEVICE: A Sirene and the fight against the forgetfulness of the tragedy of the Fundão

Mozahir Salomão Bruck²
Herom Vargas³

Resumo: *A partir da articulação de noções como memórias individual e coletiva, testemunho e dispositivos, este artigo objetiva investigar acionamentos da memória pelo grupo de moradores atingidos pela destruição de comunidades da cidade de Mariana (MG) com o rompimento da Barragem do Fundão (2015), com graves danos ao meio ambiente. Tal acionamento reveste-se de intencionalidades singulares e (re) significações in-tensas em termos de um agir político próprio do ato de lembrar com o objetivo de impedir o esquecimento e apagamento do incidente que destruiu dezenas de moradias e que tirou a vida de 19 pessoas. Para tanto, procede-se a análise de textualidades de natureza memorialística das edições do jornal A Sirene – Para não esquecer, criado e editado desde fevereiro de 2016 pelos atingidos do incidente. Busca-se entender como tais narrativas se instituem como dispositivos da memória, tomando-se para tal a leitura deleuzeana do conceito matricial foucaultiano de dispositivo.*

Palavras-Chave: *Memória. Dispositivos. Testemunho. A Sirene.*

Abstract: *Based on the articulation of notions as individual and collective memories, testimony and devices, this article aims to investigate how the activation of memory, for the group of residents affected by the destruction of communities in the city of Mariana (MG) with the rupture of the Fundão Dam (2015), with serious damage to the environment, is characterized by singular intentionalities and in-tense (re) significations in terms of a political action proper to the act of remembering in order to prevent the oblivion and erasure of the incident that destroyed dozens of houses and took the lives of 19 people. To do so, we proceed to analyze textualities of a memorialistic nature of the editions of the newspaper The Sirene - Not to forget, created and edited since February 2016 by those affected by the incident trying to understand how these narratives are instituted as devices of memory, taking for this the Deleuzean reading of the Foucaultian matrix of device.*

Keywords: *Memory. Devices. Testimony. A Sirene.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Memória nas Mídias, do XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 11 a 14 de junho de 2019.

² Mozahir Salomão Bruck, PUC Minas, doutor, mozahir@uol.com.br

³ Herom Vargas, Universidade Metodista de São Paulo, doutor, heromvargas50@gmail.com.

1. Introdução

Uma primeira inscrição: sendo a memória essencialmente cultural (LOTMAN,1998), também se mostra inexoravelmente relacional e institui-se, por isso mesmo, de modo processual. Este é o ponto de partida desta reflexão que propõe relacionar a memória com a noção foucaultiana de dispositivos (DELEUZE, 2005), tomando como objeto de análise as textualidades de natureza memorialística presentes no jornal *A Sirene*, criado e editado desde Fevereiro de 2016 pelos atingidos do incidente provocado pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG)⁴. A partir de noções como memórias individual e coletiva, testemunho e dispositivos, pretende este artigo investigar como o acionamento da memória, para o grupo de moradores atingidos pela destruição de sua comunidade e com graves danos ao meio ambiente, reveste-se de intencionalidades singulares e (re) significações in-tensas: seja em termos de um agir político próprio do ato de lembrar com o objetivo de impedir o esquecimento e apagamento do incidente que destruiu dezenas de moradias e que tirou a vida de 19 pessoas; seja no sentido de criar espaços e oportunidades para que os atingidos registrem e busquem preservar lembranças do passado de uma vida comunitária; ou ainda no sentido de que o rememorar constitui-se como *locus* de resistência e de luta contra a impunidade dos responsáveis e de garantia dos direitos dos atingidos.

No entendimento dos autores, a proposta de considerar textualidades midiáticas como dispositivo de memória possui rica potência heurística, na medida em que permite abordar processos presentes nas tensões entre lembrar e esquecer, tomando tanto as circunstâncias de acionamento do memorável quanto suas textualidades – verbais, imagéticas etc. – por meio das quais se materializam os sentidos que propõem, além de outros acabam por proporcionar. Para tanto, este constructo teórico se configura na e a partir da articulação entre os fundamentos acerca do memorialístico (GAGNEBIN, 2006; HALBWACHS, 1990; HUYSSSEN, 2014; LE GOFF, 2013; POLLAK, 1992; RICOUER, 2007) e a consideração da leitura de Deleuze (2005) da noção foucaultiana de dispositivo. Tentamos perceber como as denominadas linhas de força,

⁴ O rompimento da Barragem do Fundão, da mineradora Samarco, considerado o maior desastre socioambiental do país e um dos maiores do mundo no setor de mineração, com o lançamento de cerca de 40 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos no meio ambiente ocorreu em 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG).

linhas de luz, de fuga, entre outras, e as respectivas curvas e tangências que provocam em seus movimentos – sempre de natureza relacional e simbólica – podem constituir um potente conjunto interpretativo para, no caso em questão, abordarmos algumas edições representativas do jornal *A Sirene – Para não esquecer*⁵.

Sobre a noção de memória, valemo-nos em nossa reflexão das relações entre memória individual e coletiva (HALBWACHS, 1990); das relações entre memória e constituição identitária (POLLAK, 1992) e as relações entre memória e esquecimento (HUYSSSEN, 2014) e as tensões entre memória e história (RICOUER, 2007). Recorremos ainda à filosofia do testemunho a partir da obra de Jean Philippe Pierron, para quem o testemunho “não é somente uma informação, é um colocar em presença, uma presença no presente” (PIERRON, 2010, p. 254). E é assim que *A Sirene* parece se enredar: com testemunhas e testemunhos em um agir político e moral guiado pela missão de não deixar esquecer, valendo-se do narrar memorialístico – a nostalgia e ao mesmo tempo a dor das lembranças da comunidade que desapareceu sob os milhões de toneladas de lama da Samarco.

2. Textualidades da memória como dispositivo

Pensar o acionamento memorialístico como dispositivo mostra-se produtor pelo fato de, também a memória, em sua essência cultural e simbólica, relacional e processual, existir em condições *dispositivantes*. Sendo a memória instituída em circunstâncias de negociação e disputa, seu caráter instável e provisório resulta dos entrecruzamentos de linhas de luz, de enunciação, de subjetivação e de força. Também cabe pensar a memória a partir das dimensões dos dispositivos. Deleuze destaca as seguintes dimensões (podendo existirem outras): de visibilidade, de enunciação, de subjetivação e, por fim, o conceito matricial em Foucault, a dimensão do poder. Observe-se que as dimensões do dispositivo derivam essencialmente das três dimensões que o pensador francês busca privilegiadamente distinguir em sua obra: as dimensões de saber, de poder e de subjetivação.

Buscamos em Gilles Deleuze a formulação sobre dispositivo que nos pareceu que mais contribuiria para fundamentarmos nossa reflexão. Elegemos a percepção deleuzeana, clara e devidamente tributada a Foucault, e que percebe o dispositivo como um “conjunto multilinear,

⁵ A primeira edição de *A Sirene* circulou em fevereiro de 2016. O jornal tem circulação mensal e completou três anos em fevereiro de 2019.

composto por linhas de natureza diferente” (DELEUZE, 2005, p. 83). Em sua leitura sobre o que ele mesmo denomina de uma filosofia foucaultiana dos dispositivos, Gilles Deleuze⁶ (2005) defende que a história dos dispositivos é a história dos regimes de luz e dos enunciados. Ressalta, enfaticamente, que os dispositivos se apresentam como ocorrências atravessadas por enfeixamentos de linhas em movimento e de curvas tangenciadas em função de variáveis diversas que lhe são internas e externas.

Dreyfus e Rabinow (1995) assinalam que Foucault, no decorrer de sua trajetória, concentrou sua investigação nas práticas culturais em que saber e poder se cruzam, partindo da hipótese de que a verdade é um componente central do poder moderno. Por assim dizer, Foucault procurou construir “um método de análise das práticas culturais, em nossa cultura, que têm sido instrumentais para a formação do indivíduo moderno, tanto como objeto, quanto como sujeito” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 133). Foi nesse contexto de sua obra que Foucault introduziu o termo *dispositivo*, que pode ser entendido, portanto, como uma rede de inteligibilidade (DREYFUS; RABINOW, 1995). Os autores assinalam que “apesar de a ideia não ter sido explicitada” (1995, p. 134), os dispositivos assumiram papel relevante na obra foucaultiana. Para o pensador francês, quando se consegue isolar estratégias de relações de força que comportam tipos de saber e vice-versa, tem-se, então, um dispositivo (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 134). O dispositivo seria essa “tentativa inicial de nomear ou, pelo menos, apontar um problema” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 135).

Em sua tentativa de desentranhar possibilidades e sentidos da aplicação dos dispositivos, Deleuze, em *O que é um dispositivo?* (2005), nos propõe pensá-los a partir dos movimentos e deslocamentos dos quais eles resultam e outros tantos que acabam por provocar. Os dispositivos, assim, se traduziriam por meio de linhas de força, linhas de luz, linhas de subjetivação e de enunciação que não circunscreveriam ou envolveriam sistemas homogêneos. Diferentemente, de modo randômico e instável, os dispositivos se refazem e se reinventam a todo o tempo em função de circunstâncias, disputas e negociações, como mencionado, considerando-se as múltiplas variáveis que acionam e as que dão origem. Tais linhas, por sua vez, se projetam em direções, delineiam processos, esses, geralmente, em desequilíbrio. Movimentam-se continuamente se afastando e se aproximando umas das outras – rejeições, aproximações, afastamentos – denotando a natureza relacional e processual dos dispositivos.

⁶ Importante considerar que Michel Foucault, em seus livros, aborda a noção de dispositivos mais detidamente em *História da Sexualidade I* (1999) e *Vigiar e Punir* (2000).

Para Deleuze, pensar uma “filosofia do dispositivo” significa levar em consideração que eles têm como componentes tipos diversos de linhas (de enunciação, de força, de fratura, de subjetivação etc.) que se entrecruzam e se misturam. Entre as consequências desse frenético e instável modo de existência dos dispositivos, estaria o fato de que cada um deles se torna uma multiplicidade na qual diversos processos operam em devir, e, assim, agem distintamente em cada dispositivo (BRUCK, 2012, p. 42).

Se parte importante do trabalho de Foucault teve como objetivo a decifração dos códigos e desvelamento de discursos, muitas vezes ilegíveis, das relações dos indivíduos entre si e desses com o poder e o saber, tomar a noção de dispositivo como conceito operatório pode contribuir para melhor compreendermos os contextos e as textualidades de *A Sirene*, marcada intensamente, como se verá à frente, por acionamentos memorialísticos. Como defendem Dreyfus e Rabinow (1995), orientar-se pelos dispositivos, a partir desses componentes díspares, “permite estabelecer relações flexíveis, reunindo-as num único aparelho, de modo a isolar um problema específico” (1995, p. 134). Ou seja, como orquestração diagramática, como máquinas abstratas e produtoras de abstrações, os dispositivos dispõem-se de uma ponta a outra nos processos simbólicos, resultando de agenciamentos bem concretos e produzindo tantos outros quantos sejam os objetos visíveis e enunciáveis.

Retoma-se aqui Pollak (1992), para quem a memória (individual e coletiva) desenha-se, forte e especialmente, a partir de três elementos: *acontecimentos* vividos pessoalmente e pelo grupo ao qual o sujeito se julga pertencer, os *lugares* relacionados às lembranças e as *pessoas (personagens)* que fizeram ou fazem parte da vida de quem rememora. No caso do rompimento da Barragem do Fundão, tais elementos são essencialmente constitutivos da chamada *tragédia de Mariana*, que fez desaparecer o distrito de Bento Rodrigues. Pessoas, lugares e o acontecimento em si são convocados pelas textualidades memorialísticas que se instituem na articulação de tais elementos. E parece ser impossível dissociá-los: as personagens, que morreram ou sobreviveram, o lugar, desaparecido sob os milhões de metros cúbicos de lama, e o acontecimento, com tal poder de transformação da vida de centenas de famílias e de impacto do meio ambiente que acaba por impor-se por si próprio.

É nos enfeixamentos de linhas de enunciação, de luz e de subjetivação, que se pode compreender porque a luta pelos moradores é para que o *lugar* onde viveram e construíram sua vida comunitária e as *personagens* que ali habitaram estejam sempre vivos nessa agenda memorialística. Essas relações de natureza discursivo-enunciativa entre um antes e um depois

do *acontecimento*, o rompimento da barragem, se configuram e reconfiguram a partir de complexas disputas e negociações resultantes de textualidades acionadas como dispositivos de memória, em um frenético e instável movimento resultante de curvas e tangências diversas que estabelecem, por si próprias, distintas dimensões do memorável. Por assim dizer, em termos das finalidades dos dispositivos, Deleuze nos lembra que estamos todos, de algum modo, ligados a dispositivos e neles agimos. E que o dispositivo, agente motriz do mundo, mas também sempre resultado desse mundo, tende à atualização, ao novo.

O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-Outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais) e aquilo que somos em devir: *a parte da história e a parte do actual* (DELEUZE, 2005, p. 92).

Destaque-se que o entendimento de Deleuze acerca da atualidade de um dispositivo se mostrou um rico caminho para abordarmos as textualidades de *A Sirene* como dispositivos de memória, tomando a arquitetura conceitual em que os dispositivos são percebidos por feixes de linhas de naturezas diversas e originadas em distintas dimensões e que, a todo momento, se entrecruzam. Como indica o próprio Deleuze, desenredar as linhas de um dispositivo é “construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas”, o que Foucault denominava de “trabalho de terreno”. E só é possível fazê-lo se nos dispusermos a “instalarmo-nos sobre as próprias linhas”, sabendo, a priori, que essas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, “mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de leste a oeste, em diagonal” (DELEUZE, 2005, p. 84).

Acerca da leitura dos textos de essência memorialística do jornal, pode-se afirmar que neles se destacam, especialmente, as linhas de luz e de enunciação, de força e de subjetivação. Deleuze atenta para o fato de que os dispositivos, em seu funcionamento,

não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, [...] mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam e se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a variações de direção e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a derivações (DELEUZE, 2005, p. 83).

No caso de *A Sirene*, inicialmente, as linhas de força movimentam-se no presente de um agir político e agendam a luta contra o esquecimento e o apagamento do incidente da Barragem do Fundão. *A Sirene* é atravessada por linhas que, agonicamente, lhe tangenciam

(curvas) em função dos tipos de conteúdos e abordagens acionadas pelas textualidades que veicula. Linhas de luz e de enunciação que, no agir discursivo e simbólico tentam, a todo momento, fazer emergirem narratividades que objetivam instituir o memorável. Linhas de subjetivação que, ao tentarem presentificar o passado, tentam impedir que o apagamento dos afetos que marcaram as relações individuais e comunitárias com os antigos lugares e personagens, fazendo da nostalgia uma motivação para as lutas por direitos e contra a perda da própria identidade. Deleuze destaca, nos processos de constituição dos dispositivos, essas linhas de força, que se produzem em toda a relação e atravessam todo o dispositivo. “Invisível e indizível, ela está estreitamente enredada nas outras e é totalmente desenredável” (DELEUZE, 2005, p. 85). Ou seja, as linhas de força – o poder – se fazem sempre presentes.

Ao relacionar memória e verdade do passado, Gagnebin (2006) nos apresenta a instigante questão sobre se a verdade a respeito do passado remeteria mais a uma ética da ação presente do que a uma problemática de adequação “entre palavras e fatos” (p. 39). E o caminho que a autora desenvolve a partir daí coloca em tensão essa possibilidade do resgate da verdade do que passou acionando a visão crítica de Walter Benjamin sobre a historiografia. Negando uma ideia determinista da história, Benjamin entendia que a relação com o passado considera a impossibilidade de conhecê-lo como realmente foi, objetivo esse de um tipo de historiografia que o pensador alemão tinha como “historicista e burguesa”, numa palavra, a historiografia positivista. Antes, voltar-se para o passado significaria “apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo” (GAGNEBIN, p. 40).

Não nos parece, nesse ponto, incorreto extrair do pensamento benjaminiano uma aproximação da noção de história com a de memória, trabalho que recebeu também o investimento de Paul Ricouer (2007), para quem a questão do dever de memória, ou de outros problemas cruciais que apelam a uma política da memória, deve ser colocada sob o título da reapropriação do passado histórico por uma memória instruída pela história, e muitas vezes ferida por ela. Para Ricouer, o deslocamento, por sua vez, da escrita para a recepção e para a reapropriação não suprimiria esse enigma.

De toda sorte, não se pode negar que a questão de fundo nessa tensão entre história e memória diz respeito, diretamente, ao dever de lembrar. Como aponta Ricouer (2007), o dever de memória é, muitas vezes, uma reivindicação feita por vítimas de uma história criminosa; e a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que se deve a essas vítimas. A força motriz do memorável, nessas situações, além da luta da afirmação de uma *verdade*, evidencia a noção

da memória como “instrumento e objeto de poder” (RICOUER, 2007). Nesse sentido, o filósofo alerta para a missão ética que cabe aos

profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. (...) A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (RICOUER, 2007, p. 436-437).

Como Ricouer, Huyssen (2014) também expressou sua preocupação com a excessiva importância dada à memória e, de outra feita, o “muito silêncio que plana sobre o esquecimento na cultura média contemporânea” (HUYSSSEN, 2014, p. 30). Para o autor alemão, é imperioso perceber que recordar e esquecer são operações que não devem ser percebidas em meras oposições mecânicas e simplistas. O esquecimento, para ele, deve ser percebido “num campo de termos e fenômenos tais como o silêncio, a ausência de comunicação, da desarticulação política, a evasão, da erosão cultural, a repressão política e/ou institucional” (HUYSSSEN, 2014, p. 31). Ou seja, o esquecimento pode resultar de operações tão complexas como as da memória.

Huyssen recorre às distinções básicas pelas quais Paul Ricouer abordava a memória, ou seja, *le mémoire empêchée* (memória impedida), *mémoire manipulée* (manipulada) e uma terceira modalidade, dedicada ao esquecimento, *l’oubli commandé* (o esquecimento ordenado), também denominado de esquecimento institucional. Deste último deriva outro tipo de esquecimento, o *oubli manipulée*, que teria origem na mediação da memória através do trabalho narrativo, que poderia resultar, para o pensador francês, de uma *mauvaise* (má-fé) ou de um *vouloir-ne-pas-savoir* (desejar-não-querer-saber).

Tal como a memória, o esquecimento é construído e pode ser imposto ou mesmo negociado (HUYSSSEN, 2014). Resulta de emudecimentos, embotamentos, tolhimentos, desconsiderações, rearranjos nas perspectivas dos acontecimentos do passado ou mesmo sua total negação. Se memória é presença de uma ausência, o esquecimento resulta da negação e anulação simbólica do referente – por assim dizer, a morte definitiva das coisas, dos acontecimentos e das pessoas.

Mobilizar-se contra o apagamento e o esquecimento é um dos objetivos centrais dos atingidos pelo rompimento do Fundão: lutar pela permanência da memória de um “antes” – a vida comunitária, as relações sociais, o comum cotidiano, o sentimento de pertença – e a

memória do terrível incidente que soterrou tudo isso. É preciso lembrar do antes e daquilo que o descontinuou. Nesse jogo temporal de passado-presente-futuro, os atingidos da Barragem do Fundão batalham, no âmbito da memória, contra a perda de suas raízes comunitárias e culturais, ou como enfatizado por Eclea Bosi (2012), lutam pelo seu direito ao enraizamento, que é um direito do ser humano. Citando o conceito de Simone Weil, o direito ao enraizamento, Eclea Bosi alerta para o fato de que o desenraizamento impacta a própria identidade do grupo.

O vínculo com o passado é vital porque dele se extrai a seiva para a formação da identidade. Nesse sentido também está a noção de direito ao enraizamento, que é um direito humano semelhante a outros direitos ligados a sobrevivência do homem. (...) Como dizia Simone Weil, o ser humano tem uma raiz por sua participação real numa coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O desenraizamento a que nos obriga a vida moderna é uma condição desagregadora da memória. Um dos mais cruéis exercícios da opressão na sociedade moderna (opressão de natureza econômica) é a espoliação das lembranças. (...) Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ver que anima a vida das ruas, das praças, dos mercados e das esquinas. E tudo isso se reflete bem nos depoimentos dos nossos memorialistas (Bosi, 2012, p. 199).

Nos textos memorialísticos de *A Sirene*, o testemunho é um recurso narrativo recorrente, o que denota, por assim dizer, a essência também testemunhal da memória. Jean Philippe Pierron (2010), em sua proposta de uma filosofia do testemunho, nos lembra que o testemunho traz em seu núcleo um paradoxo: a verdade estaria menos do lado da objetividade que se pode esperar das provas e dos argumentos do que do lado da subjetividade da experiência e da emoção. O testemunho atestaria, portanto, uma verdade que não sendo objetivamente suficiente, o é, porém, subjetivamente. Sua possibilidade residiria em selar, com a marca da confiabilidade ou da fidelidade, a relação do testemunho com sua testemunha. Esta, por sua vez, faz da verdade a história da sua própria vida, mas cujo sentido só existirá na apreensão pelo outro (PIERRON, 2010).

É que o testemunho carrega uma faceta relacional. Ele não existe sem diálogo. O testemunho é um testemunho diante dos outros e para os outros. Não há testemunha para si, nem sozinha. Ela é, inevitavelmente, intersubjetiva. Mas a testemunha atesta e traz em si mais do que si mesma. É portadora de uma verdade – forjada na experiência – que, por isso mesmo, não pode ser reduzida a uma mera opinião. E, portanto, é também performativa. Ou seja, um sujeito que fala como um sujeito que age.

Espécie de encruzilhada na visibilidade, ícone mais do que ídolo, o testemunho mede a diferença essencial entre aquele que testemunha e aquilo que ele testemunha. Deslocamento do sobrevivente que se dirige ao presente a partir de um fundo de ausência, assim é o testemunho. O testemunho vem sempre em segundo lugar, insistindo naquilo a que não se pode mais assistir (PIERRON, 2010, p. 30).

É nesse trabalho de tecer com os fios das memórias individual e coletiva um tecido que dure no tempo e que consiga manter o grupo agregado, que *A Sirene* empreende sua atuação como dispositivo memorialístico. No jornal *A Sirene*, os movimentos discursivos que se observam são de demarcação de direitos, de cobrança de reparação imediata, de atuação também imediata e justa dos poderes constituídos e de acionamento da memória – este último ponto, que interessa mais de perto a este artigo.

3. *A Sirene*: luta contra o silenciamento, o apagamento e o esquecimento

Foi na tarde de cinco de novembro de 2015 que um acontecimento de enormes proporções ambientais e sociais entrou para a história do país e, mais diretamente, para a memória de centenas milhares de pessoas dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Três anos depois, as consequências do rompimento da Barragem do Fundão permanecem. A extensão da tragédia fala por si. Estima-se que direta e indiretamente mais de 500 mil pessoas tenham sido atingidas. Comunidades inteiras, matas, rios, propriedades rurais e estradas simplesmente desapareceram. 19 pessoas morreram. Um dos principais rios brasileiros, o rio Doce, teve cerca de 400 quilômetros de sua extensão contaminados. Os ambientalistas sequer sabem dizer se, como e quando o rio Doce se recuperará. A barragem do Fundão era controlada pela Samarco Mineração S.A. e um empreendimento de propriedade de duas das maiores empresas de mineração do mundo: a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP/Billiton. Foi definido como o maior incidente ambiental do país e o maior desastre ambiental do mundo envolvendo barragens de rejeitos.

A chamada tragédia da barragem do Fundão afetou, em especial e mais diretamente, moradores de três comunidades: do subdistrito de Bento Rodrigues, o mais destruído, onde vivia um grupo de cerca de 220 famílias, 140 famílias de Paracatu de Baixo e 26 famílias de Gesteira (Barra Longa). Bento Rodrigues foi varrida do mapa. Além do trabalho na mineração, a pequena população local vivia da agricultura familiar e de subsistência, com destaque para a produção da geleia de pimenta biquinho, que se tornou um símbolo da região após a abertura

de uma cooperativa empreendida por um grupo de mulheres da região. O pequeno subdistrito era cortado pelo rio Gualaxo do Norte, cujo leito também praticamente desapareceu.

Exatamente 90 dias depois, no dia 5 de fevereiro de 2016, foi lançado o jornal *A Sirene*. Com edições mensais, em versões impressa e digital, é produzido pelos próprios atingidos pela tragédia e mantido por um acordo entre moradores de Bento Rodrigues, professores e alunos das Universidades Federais de Ouro Preto (UFOP) e de Minas Gerais (UFMG) e assessorias direcionadas aos atingidos e movimentos sociais e coletivos. A publicação, no início, contava com um grupo de mais de 70 pessoas, incluindo organizadores e colaboradores. Em termos da abrangência de sua distribuição, o jornal cobre toda a região atingida de Mariana, ou seja, Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e a zona rural (Pedras, Campinas, Borba, Ponte do Gama, Camargos e Paracatu de Cima), e as cidades de Barra Longa e Rio Doce.

Além de dar voz aos atingidos pelo rompimento da barragem, o jornal deixa bem claro seu propósito já em seu próprio *slogan*: “*Feito pelos atingidos. Para os atingidos. Para não esquecer*”. *A Sirene* privilegia a divulgação das dificuldades encontradas pelas famílias, após verem suas casas e hábitos cotidianos serem soterrados por um mar de lama e rejeitos. Procura, também, esclarecer dúvidas quanto a direitos e questões ambientais e legais da exploração mineral e, principalmente, não deixar que o acontecimento de 2015 caia no esquecimento.

Articulando lembranças de passados remoto e recente, as indefinições do presente e indagações acerca do futuro, o jornal dá amplo espaço às memórias dos moradores de como eram suas vidas no antigo distrito; fala das atuais lutas pelos direitos dos atingidos de Bento Rodrigues e denuncia, recorrentemente, o preconceito vivido pelos moradores que decidem lutar pelos seus direitos, uma vez que é notório que se, por um lado, os atingidos não desistem de brigar pela reparação, esta luta, por outro lado, não exatamente recebe o apoio de toda a população de Mariana, haja visto que parte considerável da economia da cidade – e, portanto, trabalhadores, comércio e o próprio poder público municipal – sobrevive das atividades e impostos da mineração. E lança, a cada edição mensal, questões acerca do futuro de Bento Rodrigues, das centenas de moradores arrancados de suas casas e do que será do rio Doce, um dos principais rios brasileiros que recebeu uma quantidade gigantesca de tudo que vazou da barragem, chegando até o mar, na altura do Estado do Espírito Santo.

A ideia de que um jogo temporal norteia o conteúdo de *A Sirene* faz parte da própria percepção dos editores do jornal. Francielle de Souza, editora de texto da publicação, em

entrevista aos autores, destaca que a partir das narrativas memorialísticas de *A Sirene* três tempos se cruzam para cumprir objetivos bem estratégicos em termos das lutas dos atingidos:

O passado aparece com mais ênfase nas matérias em que os(as) atingidos(as) recordam a vida antes do crime. O presente é, naturalmente, mais denunciativo: expõe as bruscas mudanças as quais os moradores das comunidades foram submetidos após o rompimento. Já o futuro se mostra na consciência de que o processo de reparação e o jornalismo que aqui se faz para registrá-lo servirão de modelo para outros casos de rompimentos de barragens no Brasil e no mundo. Assim, as narrativas de memória cumprem as funções de: informar como era a vida antes e como é depois do rompimento; preservar o senso de comunidade, ainda que o espaço físico dela tenha sido devastado; aumentar a visibilidade das pessoas atingidas, tornando-as as fontes mais fidedignas daquilo que se passa no conflito, já que são elas quem testemunharam/testemunham a experiência traumática; e documentar o processo de reparação para servir de registro às comunidades atingidas e àqueles que se interessam pela causa. (Entrevista aos autores)⁷.

Na análise das narrativas que compõem *A Sirene*, buscou-se observar a intensidade e o modo como a memória é acionada pelo jornal com o intuito de impedir que a história daqueles moradores, das ruas e praças que desapareceram, do rio que foi apagado, sejam esquecidos. A começar pelo nome do jornal, *A Sirene – Para não esquecer*, a publicação deixa claro que um de seus principais objetivos é o agendamento permanentemente do acontecimento que mudou a vida de tantas pessoas. O nome é uma referência à sirene que não foi tocada no momento do rompimento da barragem como forma de alertar os moradores de Bento Rodrigues para as dezenas de milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos que estavam a caminho.

Em nossa pesquisa exploratória em 36 edições do jornal, optou-se por separar tais artigos e reportagens em três categorias: a memória como alerta, a importância de lembrar e a luta contra o esquecimento da tragédia e o uso do recurso testemunhal. Do conjunto de edições de *A Sirene*, desde seu surgimento em fevereiro de 2016 até o mesmo mês em 2019, 61 textos foram considerados como de conteúdo prevalentemente memorialístico, sendo 29 em 2017, 20 em 2018 e 12 em 2016. A menor quantidade de textos de essência memorialística em 2016 justifica-se pelo fato de, no primeiro ano após a tragédia, as prioridades das pautas do jornal se voltarem para as repercussões imediatas do incidente.

No levantamento exploratório, o que se observou é que, taticamente, o acionamento das lembranças dos atingidos busca assegurar mais que um efeito de legitimidade, mas instituir a verdade das consequências do rompimento da barragem. É Halbwachs (1990) que nos aponta

⁷ Entrevista concedida aos autores por Francielle de Souza, por e-mail, em 11 de Fevereiro de 2019.

para a força da memória individual na permanência do coletivo. Por outro lado, sobre o insistente e tentativo trabalho de agendamento, Halbwachs assinala que só é possível a manutenção dessa memória coletiva se o grupo continuar a lembrar junto, lembranças da qual todos fizeram e fazem parte.

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Se isso equivale a dizer que a dispersão do grupo significa a fragmentação e fragilização da memória construída coletivamente, é no que parecem acreditar os antigos moradores de Bento Rodrigues. Por isso mesmo, o acionamento da memória individual dos atingidos em Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira é pauta recorrente em *A Sirene*. Pode-se citar como exemplo a edição de novembro de 2017, quando completaram-se dois anos do rompimento da barragem, o jornal apresentou uma série de depoimentos de atingidos pela tragédia. Sob o título “Minha vida lá”, cinco atingidos falam sobre como eram suas vidas nas comunidades destruídas. Na abertura do texto, uma reflexão sobre a importância de lembrar:

A memória é uma forma de viver e de refazer o passado, de lembrar fatos ocorridos e de sentir, no presente, as condições que dão sentido a uma vida. Trata-se de um modo de configurar a identidade de alguém ou de uma comunidade, um jeito singular de habitar o espaço e, ainda, de projetar expectativas para o futuro (A SIRENE, novembro/2017).

Em um dos depoimentos, uma ex-moradora de Bento Rodrigues, Maria das Graças Quintão, fala com muito afeto da vida comunitária que foi perdida:

A gente podia dormir com a janela aberta e todo mundo morava perto. Eu via todo mundo, todo dia. Os vizinhos, a gente gritava um e outro do muro. Dona Penha me gritava de lá, eu gritava de cá. Quase toda reunião que tinha era na praça. Quando tinha festa, o som e as brincadeiras também eram na praça. (...) Não tem graça brincar mais, porque a gente não vê quase ninguém (A SIRENE, novembro/2017).

Um ano antes, em novembro de 2016, quando o incidente completou seu primeiro ano, *A Sirene* teve uma edição especial. Destaca-se, entre os textos memorialísticos (e pode-se afirmar que a partir desta edição eles se intensificaram no jornal), a matéria “A última noite” que evoca a lembrança da noite anterior ao rompimento da barragem, na visão de dois moradores de Bento Rodrigues e de Paracatu. O depoimento de Antônio Geraldo dos Santos, de Bento Rodrigues, dimensiona bem o que foram aqueles momentos de terror:

Já era noite e o nosso paraíso tinha sido destruído rapidamente. A tarde radiante deu lugar para a agonia e o anoitecer trouxe uma tristeza que persiste até hoje. Na hora em que vi as pessoas correndo, desesperadas, para o alto, para o mato, subi em cima da laje para ver a proximidade da lama. A onda que dobrava as casas como se fosse papel, tinha atingido seu limite e não chegaria até onde eu estava. Foi aí que nos conseguimos organizar para socorrer quem chegava machucado e sujo. Naqueles minutos, pensávamos que muitos não sobreviveriam, mas cada encontro trazia um conforto momentâneo (A SIRENE, novembro/2016).

A edição de janeiro de 2018 também foi marcadamente memorialística. O tom saudoso e nostálgico marcou as lembranças de vida comunitária, pontuada pela expressão de muitos afetos. Na reportagem “Por amor ao Bento, onde tudo começou”, o registro é da comemoração dos 25 anos de casamento de Marinalda e Marquinhos. Eles se casaram em 1992 na Igreja de São Bento, em Bento Rodrigues. A igreja foi destruída, mas o casal fez questão de comemorar as bodas de prata nas ruínas da pequena igreja. No texto de abertura, *A Sirene* demarca que aquele evento, essencialmente familiar, era, na verdade muito significativo para a comunidade: “Os atingidos, mais uma vez, demonstram que, através da união, é possível ocupar um lugar que lhes pertence. Acima do amor entre duas pessoas, está o amor por várias histórias de vida, o amor por Bento Rodrigues” (A SIRENE, janeiro/2018).

Nessa mesma edição, a matéria “Nossas histórias debaixo dos pés de frutas” trouxe relatos de antigos moradores da região de Bento Rodrigues sobre as famílias que mantinham árvores frutíferas. Segundo os depoimentos, a vida de cada família foi erguida junto às árvores e lamentam que o que restou dessa convivência foram apenas lembranças, após o desastre que levou também as árvores embora. “Estes depoimentos, diz a matéria, são uma homenagem de todos os atingidos pela barragem do Fundão para as ‘amigas’ que construíram em suas memórias momentos inesquecíveis”. O texto se compõe de depoimentos de vários moradores que chegam a afirmar que seus pés de frutas faziam parte da vida deles, “eram como se fossem um membro da família” (A SIRENE, janeiro/2018).

É nesse entrecruzamento de narrativas memorialísticas – com intensa utilização do recurso testemunhal – que fazem emergir lembranças a respeito de pessoas, lugares e acontecimentos, destacadamente o rompimento da barragem “que tudo soterrou”, que *A Sirene* põe-se em funcionamento como dispositivo memorialístico. Enfeixamentos de linhas de luz e de enunciação e, como visto há pouco, de subjetivação – afetos, representações, identificações.

Assim também é em “Histórias de nossa gente” (*A SIRENE*, maio/2017), em que o jornal busca retratar o que a tragédia significou para os atingidos em termos de sua vida pessoal. O texto mostra histórias como a de dona Baduina, de 75 anos, que conseguiu recuperar uma antiga cristaleira, em meio à lama, depois de revirar por vários dias os escombros e o lamaçal, ou casos de superação como o de Cássia Bernabé, de 19 anos, que afirma que tem encontrado na música e na dança forças para prosseguir. “Desde pequena gosto muito de dançar. (...) É assim que tenho conseguido esquecer o horrível 5 de Novembro” (*A SIRENE*, maio/2017).

Nesta mesma edição do jornal, um senhor de 69 anos, Zé Barbosa, diz-se condenado a sofrer com tudo o que perdeu com a tragédia do Fundão.

A minha perda no Bento foi muito grande. Me tornei um cara fora de mim. Num dia eu tinha cinco propriedades, uma venda, R\$ 60 mil em dinheiro e muita história. De repente, amanheci sem nada. (...) Me tornei angustioso. Minha saúde acabou. Eu bambeeí, sabe? Até na hora de dormir ligo o rádio para conseguir passar a noite. Escuto as músicas e as pessoas falando comigo a noite inteirinha. É isso que limpa meus pensamentos ruins. Pelejo, pelejo, mas eles não vão embora. Tenho um zoeirão no ouvido do barulho da lama (...) (*A SIRENE*, maio/2017).

De outro modo, empenhado em evitar o apagamento e o silenciamento sobre a tragédia do Fundão, o jornal denuncia o risco de esquecimento. *A Sirene* aproveitou a edição de dois anos do incidente do Fundão e cobrou especialmente da mídia que o rompimento da barragem e todas as suas consequências não sejam lembradas apenas na data do “aniversário” da tragédia. Na edição de novembro/2017, em sessão intitulada “Recados para a mídia”, os atingidos procuram destacar, por meio de depoimentos, o silenciamento da imprensa em relação às dificuldades que enfrentam no dia a dia. Com o título “Eu existo além do dia 5 de novembro”, o jornal traz depoimentos de atingidos que criticam a superficialidade e o interesse episódico da cobertura jornalística, como nesta crítica do atingido Aírton Bolão, de Paracatu de Baixo:

Somos conhecidos pelo dia 5 de novembro de 2015, mas basicamente, nossa comunidade é esquecida pela mídia. Após o rompimento da barragem do Fundão, tudo quanto é mídia veio para Mariana, era uma pauta que dava audiência para os

jornais. O trabalho e as brigas continuaram, mas a mídia não divulgou. (...) A mídia só aparece aqui quanto tem uma audiência que vai decidir alguma coisa, depois disso acabou, somos esquecidos (A SIRENE, novembro/2017).

Nesse tangenciamento de linhas de luz, de subjetivação e de enunciação, enredadas em linhas de força, em curvas de visibilidade e de subjetivação, *A Sirene* se expressa como a materialidade da ativação de processos em práticas simbólicas e culturais em que saber e poder se cruzam. Suas narrativas colocam-se, nesse sentido, como dispositivos de memória, ao se instituírem como ocorrências atravessadas, como mencionado anteriormente, por enfeixamentos de linhas em movimento e de curvas tangenciadas em função de variáveis diversas que lhe são internas e externas (DELEUZE, 2005).

A matéria “Sobre viver com a reparação”, *A Sirene*, de abril de 2018, tratou de um tema muito espinhoso para os atingidos. Desde o incidente em 2015, os atingidos recebem o auxílio-reparação, uma indenização que as vítimas cadastradas recebem da Samarco. O texto relata problemas burocráticos e dificuldades na utilização do cartão no comércio pelos beneficiados, mesmo passados mais de três anos do incidente. Mas viver com a reparação tem a ver, além das questões de natureza administrativa, com outras situações de constrangimento narradas pelos moradores. São recorrentes os relatos de dificuldade na adaptação à nova realidade em que se encontram ou de preconceitos que eles sofreram e sofrem por motivos diversos.

4. Considerações finais

A Sirene, certamente, é apenas uma das dimensões das lutas dos atingidos do rompimento do Fundão. Diz respeito aos âmbitos simbólico e discursivo que, em uma sociedade que velozmente se torna mais mediada e midiaticizada, têm cada vez mais influência nos rumos da vida pública. As disputas e tensionamentos se espalham por esferas outras da sociedade, em que os atingidos fazem os enfrentamentos pelos seus direitos – junto à Justiça, à prefeitura e os outros poderes constituídos. Cabe ressaltar que, ao perceber o discurso como ação e a ação como discurso (RODRIGUES, 1993), privilegiando os acionamentos de natureza memorialística, os atingidos entendem que sua atuação no espaço público midiaticizado reveste-se de importância estratégica e própria do embate social e político. Pois são esses os papéis que parece cumprir *A Sirene*: ao mesmo tempo como ferramenta e estratégia, como remédio e resistência. Como dispositivo.

Em luta intensa contra o esquecimento, o jornal busca dar corpo e prevalência às versões dos moradores sobre os acontecimentos em torno do rompimento da barragem; e também das reais perdas materiais e imateriais que sofreram. É, concretamente, uma disputa pela afirmação de suas verdades. E sobre a verdade, vale lembrar novamente Foucault, pois o filósofo francês a percebia como “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2000, p. 13). Se a verdade, para o autor, não existe fora do poder ou sem poder, certamente o combate a que ele se referiu não se daria “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e de suas implicações sociais.

Ao seu modo, e dentro de suas possibilidades, as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão fazem de *A sirene* uma luta contra o silenciamento, que é uma das estratégias do devir do esquecimento (HUYSSSEN, 2014). Como ferramenta e estratégia, os atingidos buscam o permanente agendamento da catástrofe para que seus direitos não sejam negados em arranjos institucionais nos âmbitos da política e da justiça. Como remédio e resistência, na medida em que tentam e, principalmente, conseguem falar sobre tudo que lhes aconteceu depois do incidente – segundo vários depoimentos dados ao jornal – parecem mitigar pelo menos um pouco do sofrimento a que foram e ainda são submetidos. Finalmente, como dispositivo de memória, pois esse agir discursivo se constrói por meio de enfeixamentos de linhas de variadas dimensões que provocam curvas também as mais diversas, produzindo e revelando negociações e disputas, descobertas e rupturas patrocinadas por acionamentos memorialísticos

No final do mês de janeiro de 2019, três anos e dois meses depois do rompimento da barragem do Fundão, quando este artigo estava em construção, Minas Gerais conheceu nova tragédia ambiental provocada pela Vale. O incidente, desta feita, se deu na cidade de Brumadinho, com o rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Mais de 150 pessoas morreram e mais de 180 desapareceram com este outro rompimento, certamente evitável. Certamente, mais de 330 vítimas fatais. O rio Paraopeba, importantíssimo para o abastecimento de água da região metropolitana de Belo Horizonte Minas, foi contaminado pela lama e rejeitos. Outro gigantesco e gravíssimo crime ambiental envolvendo a Vale.

Conclui-se este artigo retomando duas personagens destacadas na edição de novembro de 2017 de *A Sirene*: Cássia Bernabé e Zé Barbosa. Vítimas da mesma tragédia, a memória lhes cai de modo tremendamente distinto. Cássia, apesar de tão jovem (19 anos), se valeu da

memória de infância de gostar de música e de dançar para seguir em frente. Às vezes, é mesmo preciso lembrar para poder esquecer. Mas nem sempre isso é possível: Zé Barbosa, por sua vez, parece sentenciado a não conseguir esquecer o barulho da lama chegando e destruindo as casas. A memória pode mesmo ser assim: libertação para uns e, para outros, quase uma condenação.

Referências

- BOSI, Eclea. Entrevista. **Revista Dispositiva**, v. 1, n. 2, 2012, p. 196-199. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- BRUCK, Mozahir S. Dispositivo: a palavra. **Revista Dispositiva**, v. 1 n. 1, 2012, p. 39-44. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/2514/3106>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- DELEUZE, Gilles. O que é o dispositivo? In: **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 2005, p. 81-96.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- _____. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo; Editora 34, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: ERT, 1990.
- HUYSSSEN, Andréas. **Políticas de memória do nosso tempo**. Lisboa: Ed. Universidade Católica, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- LOTMAN, I. M. **La semiosfera II: semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.
- PIERRON, Jean Philippe. **Transmissão: uma filosofia do testemunho**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- _____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RIKOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Adriano D. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1993, p. 27-33.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, 2008, p. 65-82. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 jan. 2019.